

atualidades

#2

CURSO

ENEM E

VESTIBULARES

Estado e governo

Estado

- Estrutura que organiza e administra uma sociedade.
- Poderes políticos, instituições, cargos e códigos jurídicos.

Governo

- Grupo ou grupos políticos que ocupam e administram o Estado dentro da estrutura jurídica em vigor.

Monarquias e Repúblicas

Monarquia

- Poder é transferido de forma fechada, definida, em geral hereditária, sanguínea lateral ou pautada em algum tipo de privilégio. Na origem, o Estado servia ao monarca e sua família.
- **Autoritária:** vontade do/a monarca é soberana ou decisiva.
- **Parlamentar ou Constitucional:** divisão de poder
 - Monarca: chefe de Estado.
 - Primeiro/a ministro/a: chefia equipe de governo.
- Monarquias podem ser democráticas.

República

- Governo escolhido por **parte** da população. Na origem, o Estado deveria servir à população, não aos governantes.
- **República presidencialista:** chefe de Estado e chefe de governo são uma só pessoa.
- **República parlamentarista:** poder se divide entre presidente e primeiro/a ministro/a.
- **República semipresidencialista:** cabe a quem ocupa a presidência escolher quem será primeiro/a ministro/a.
- **República não é sinônimo de democracia.**

Chefe de Estado: representante público e simbólico de um Estado. Poderes são amplos ou limitados dependendo de cada país.

Chefe de Governo: exerce o poder executivo, nomeia ministros e define as linhas gerais das políticas públicas.

Monarquia autoritária: monarca é chefe de Estado e de Governo.

Monarquia parlamentar: monarca é chefe de Estado, Primeiro/a Ministro/o é chefe de Governo.

República presidencialista: presidente chefia Estado e Governo.

República parlamentar: presidente chefia Estado, Primeiro/a Ministro/o chefia Governo.

República semipresidencialista: distribuição de poder varia em cada país.

Divisão de poderes: executivo, legislativo e judiciário.

Poder executivo

- Organiza o governo e define as linhas gerais a seguir.
- Ocupantes de presidência, governo estadual e governo municipal se encaixam nesta categoria. Monarcas em sistemas autoritários.

Poder legislativo

- Cria, define ou autoriza implantação de leis (independente da origem do projeto de lei).
- Aprova indicações de embaixadores e juízes das cortes superiores, aprova orçamento público fiscaliza e pune o executivo (impeachment).

Poder judiciário

- Responsável por fazer cumprir a lei e tomar decisões quanto a questões polêmicas no âmbito jurídico ou que possam violar a Constituição. Poder técnico, mesmo em democracias não é eleito.

Economia, opinião pública e impactos na política

- **Impostos e regras:** definidos pelo governo, impactam economia, empresas e pessoas.
- Financiamento de campanha e retorno aos doadores (eleitores e empresas).
- Mídia: forma opinião, são empresas com interesses.
- Governabilidade: bancadas e base aliada.



Organização política do Brasil, panorama

República federativa presidencialista

- **5570 entidades com poderes de municípios** (5568 prefeitos), **26 estados e o Distrito Federal (DF)**. O DF e Fernando de Noronha não tem prefeitos.
- O DF tem um governo distrital, Fernando de Noronha tem um administrador local nomeado diretamente pelo governo de Pernambuco.
- São três as instâncias de governo: municipal, estadual, federal.

Legislativo: Câmara Municipal (vereadores), Assembleia Legislativa Estadual, Câmara dos Deputados e Senado – Congresso (federal, bicameral).

Executivo: prefeitas/os, governadores/as, presidente/a.



Deputados/as federais

- A quantidade é proporcional à população de cada estado, o que faz com que estados mais populosos tenham mais representação.
- Defendem seus estados de origem e também seus grupos de apoio. Deputados/as de diversos estados podem, por exemplo, defender um mesmo setor, como o automobilístico. São as chamadas **bancadas**.

Unidade da Federação	Deputados	Unidade da Federação	Deputados
Acre	8	Paraíba	10
Alagoas	8	Paraná	29
Amazonas	9	Pernambuco	24
Amapá	8	Piauí	8
Bahia	39	Rio de Janeiro	45
Ceará	24	Rio Grande do Norte	8
Distrito Federal	8	Rio Grande do Sul	30
Espírito Santo	9	Rondônia	8
Goiás	17	Roraima	8
Maranhão	18	Santa Catarina	17
Minas Gerais	55	Sergipe	8
Mato Grosso do Sul	8	São Paulo	70
Mato Grosso	8	Tocantins	8
Pará	21	Total	513

Senadores/as

- Número fixo de 3 (três) por estado, mantendo assim um certo equilíbrio para que os estados mais populosos não dominem completamente o poder legislativo federal.
- Qualquer processo legislativo deve passar pelas duas casas para ser julgado, confirmado, autorizado.
- Os mandatos no Senado são de 8 anos, mesmo assim há eleições a cada 4 anos: em uma eleição se renova 2/3 do Senado, em outra 1/3.

Executivo federal, sucessão: presidente, vice-presidente, presidente da câmara de deputados, presidente do senado, presidente do STF (supremo tribunal federal).

Populismo

- Identificar e prometer responder anseio do eleitorado, mesmo que seja impossível. A impossibilidade também é usada como reforço político, “luta contra o sistema”.
- Buscar ligação direta com a população (personalização), passando por fora (ou por cima) das regras e instituições.

Realpolitik

- “Política do mundo real”.
- Por pragmatismo, ações políticas muitas violam os discursos e valores ou plataformas ideológicas.
- Exemplo: um governo democrático pode criticar uma ditadura e ser aliado de outra, dois países podem ser concorrentes e parceiros ao mesmo tempo. **EUA e Venezuela, petróleo.**

Soft Power e Hard Power

Soft Power

- Influência, atração pacífica.
- Valores, ideologia, cultura/indústria cultural.

Hard Power

- Força militar, sanções econômicas, pressão diplomática.

Sanções

- Punições.
- Embargos, bloqueios.
- Objetivo: forçar mudanças no Estado-alvo.
- Efetividade polêmica ou duvidosa.

Povo, etnia e tribo

Povo

- Termo genérico, impreciso.
- “Povo brasileiro” conjunto de pessoas que vivem no Brasil, de todas origens e crenças.

Etnia

- Pessoas que tem a mesma origem genética e cultural.
- Em geral dividem: idioma, costumes sociais, tradições e carga genética que lhes dá traços físicos mais ou menos comuns.

Tribo

- Subdivisões dentro de etnias: famílias interligadas, aliança através de casamentos.

Autonomia

Contexto, origem

- Diversos países são multiculturais.
- Pode haver conflitos internos e/ou separatismo quando o grupo dominante impõe suas regras sobre o(s) dominado(s).

Solução: conceder à região distinta um grau maior de liberdade.

- Falar a própria língua (desde que a língua oficial do país também seja falada).
- Exercer a própria religião.
- Comemorar os feriados culturais e históricos.
- Ter a própria polícia, leis locais, administração local do sistema público de ensino, saúde ou qualquer outra medida nesse sentido.

Autonomia não é independência, a região autônoma permanece sendo parte do Estado em que está, sujeita ao governo central, pagando impostos, seguindo a mesma política externa.



QUESTÕES

1. (Enem 2016)

Texto I

Mais de 50 mil refugiados entraram no território húngaro apenas no primeiro semestre de 2015. Budapeste lançou os “trabalhos preparatórios” para a construção de um muro de quatro metros de altura e 175km ao longo de sua fronteira com a Sérvia, informou o ministro húngaro das Relações Exteriores. “Uma resposta comum da União Europeia a este desafio da imigração é muito demorada, e a Hungria não pode esperar. Temos que agir”, justificou o ministro.

Disponível em: www.portugues.rfi.fr. Acesso em: 19 jun. 2015 (adaptado).

Texto II

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) critica as manifestações de xenofobia adotadas pelo governo da Hungria. O país foi invadido por cartazes nos quais o chefe do executivo insta os imigrantes a respeitarem as leis e a não “roubarem” os empregos dos húngaros. Para o ACNUR, a medida é surpreendente, pois a xenofobia costuma ser instigada por pequenos grupos radicais e não pelo próprio governo do país.

Disponível em: <http://pt.euronews.com>. Acesso em: 19 jun. 2015 (adaptado).

O posicionamento governamental citado nos textos é criticado pelo ACNUR por ser considerado um caminho para o(a)

- a) alteração do regime político.
- b) fragilização da supremacia nacional.
- c) expansão dos domínios geográficos.
- d) cerceamento da liberdade de expressão.
- e) fortalecimento das práticas de discriminação.

2. (Ufu 2021) “Apenas uma característica, associada à experiência brasileira, ressalta como uma singularidade: o Brasil é o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o "presidencialismo imperial", organiza o Executivo com base em grandes coalizões. [...] Fica evidente que a distinção se faz fundamentalmente entre um "presidencialismo imperial", baseado na independência entre os poderes, se não na hegemonia do Executivo, e que organiza o ministério com amplas coalizões, e um presidencialismo "mitigado" pelo controle parlamentar sobre o gabinete e que também constitui este gabinete, eventual ou frequentemente, através de grandes coalizões. O Brasil retorna ao conjunto das nações democráticas, sendo o único caso de presidencialismo de coalizão.”

ABRANCHES, S., 1988. *Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro*. Dados, 31(1), pp.5-34.

De acordo com o texto, é correto afirmar que o presidencialismo de coalizão é caracterizado pelo(a)

- a) imposição da agenda política do Poder Executivo ao Poder Legislativo por meio de um sistema bipartidário.
- b) enfraquecimento do Poder Legislativo, e a conseqüente diminuição da capacidade de controle sobre os atos do Poder Executivo.
- c) relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, estabelecida por compromissos partidários e com lideranças regionais.
- d) formação de um bloco parlamentar com unidade ideológica e programática, mediada por troca de favores.

3. (Famerp 2019) O presidente americano, Donald Trump, anunciou em 08.05.2018 algo que há meses vinha ameaçando fazer: os Estados Unidos vão sair do acordo nuclear firmado em 2015 com o Irã. Logo após o anúncio, Trump assinou uma ordem presidencial para impor novas sanções econômicas ao país do Oriente Médio.
(www.nexojornal.com.br. Adaptado.)

Para o Irã, uma consequência da saída dos Estados Unidos do acordo nuclear de 2015 é:

- a) a aproximação com o Estado de Israel.
- b) a instabilidade política interna.
- c) o aumento de investimentos estrangeiros.
- d) a redução do seu desenvolvimento econômico.
- e) o aumento da exploração de petróleo

4. (Enem 2017) Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 27 abr. 2017.

A persistência das reivindicações relativas à aplicação desse preceito normativo tem em vista a vinculação histórica fundamental entre

- a) etnia e miscigenação racial.
- b) sociedade e igualdade jurídica.
- c) espaço e sobrevivência cultural.
- d) progresso e educação ambiental.
- e) bem-estar e modernização econômica.

5. (Uerj 2022) O dia 6 de janeiro de 2021 entrou para a história. O Congresso dos Estados Unidos, a maior democracia do mundo, foi invadido. Manifestantes forçaram a passagem até que os policiais do Capitólio não deram conta de segurar a multidão. Nos corredores, o confronto acontecia. A polícia usou bombas de gás lacrimogêneo; houve luta corporal. Do lado de fora, a escadaria também foi tomada por apoiadores de Donald Trump, com bandeiras dos Estados Unidos e de apoio ao presidente derrotado nas eleições. Horas depois de o Capitólio ser invadido, Trump divulgou um vídeo repetindo que as eleições foram roubadas e pediu para que seus eleitores deixassem o prédio. Milhares de pessoas marcharam pela capital americana entoando frases que o presidente tem repetido, sem apresentar provas: “Parem com o roubo! A eleição foi roubada”.

NÚRIA SALDANHA

Adaptado de [cnnbrasil.com.br](https://www.cnnbrasil.com.br), 07/01/2021.

O episódio descrito na reportagem causou perplexidade mundial, por ter acontecido em uma das mais antigas democracias do mundo.

Ao longo das últimas décadas na sociedade estadunidense, ocorreu a seguinte transformação fundamental para a compreensão desse episódio:

- a) crescimento da polarização política
- b) esgotamento do regime republicano
- c) enfraquecimento do poder judiciário
- d) incremento da fragmentação partidária